

GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS: IMPACTOS E REPERCUSSÕES DA CRIAÇÃO DA REDE CEDES/ME

MANAGEMENT AND PUBLIC POLICY: IMPACTS AND EFFECTS OF CREATION OF NETWORK CEDES/ME

Gisele Maria Schwartz*, **Giselle Helena Tavares**

Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da Universidade Federal de Uberlândia, MG, Brasil

Submetido em: 02-11-2015

Aprovado em: 16-11-2016

***Gisele Maria Schwartz**

Livre-Docente pela Universidade Estadual Paulista. Professora adjunta na Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da Universidade Federal de Uberlândia. Atua no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Motricidade e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano e Tecnologias. Coordenadora do Laboratório de Estudos do Lazer (LEL/Unesp).

(CEP 38400-678 – Uberlândia, MG, Brasil).

E-mail: schwartz171@yahoo.com.br; schwartz@rc.unesp.br

Endereço: Rua Benjamin Constant, 1286 – 38400-678 – Uberlândia, MG – Brasil.

Giselle Helena Tavares

Pós-Doutoranda do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNDP/Capes), no curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano e Tecnologias pela Universidade Estadual Paulista. Professora adjunta da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da Universidade Federal de Uberlândia. Pesquisadora do Laboratório de Estudos do Lazer (LEL/Unesp) e do Grupo de Estudos e Pesquisa em Gestão do Esporte (GEPAE/USP). Membro da Aliança Intercontinental de Gestão Desportiva (AIGD) e do Gabinete de Gestão Desportiva da Universidade do Porto (Portugal).

E-mail: gi_htavares@yahoo.com.br

RESUMO

Este estudo, de natureza qualitativa, teve como objetivo descrever os impactos e repercussões oriundos da criação da Rede CEDES, sob a visão de gestores que a coordenaram no período de 2003 a 2010. Para o delineamento do estudo, foram realizadas duas pesquisas: bibliográfica e exploratória. A pesquisa exploratória foi desenvolvida utilizando-se como instrumento para coleta de dados, entrevista estruturada com os gestores responsáveis pela Rede CEDES, nos períodos de 2003 a 2006 e de 2006 a 2010. Os dados foram analisados por meio da Técnica da Análise de Conteúdo Temático. Os resultados indicam que foram identificados impactos e repercussões positivas com a criação desta Rede de ações, no que se refere à construção coletiva da legitimidade da área em questão, estreitamento das relações com e entre as Universidades do país e a valorização das relações intersetoriais e interministeriais. A ausência de diálogos entre os agentes da Rede CEDES e outros órgãos de fomento, podem ter descaracterizado a proposta inicial da Rede, trazendo assim, uma aparente ineficiência nos resultados das ações ao analisar o recorte temporal de 2003 a 2010. Dessa forma, julgam-se necessários outros estudos relacionados à temática, para que sejam aprofundadas essas questões.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão; Políticas Públicas; Esporte; Lazer.

ABSTRACT

This qualitative study aimed to investigate the impacts and implications arising from the creation of Rede CEDES, in the view point of managers who coordinated this program from 2003 to 2010. The research design realized two research data: bibliographic and exploratory. The exploratory research was developed through a structured interview with the Rede CEDES responsible, from 2003 to 2006 and from 2006 and 2010. Data were descriptively analyzed by Thematic Content Analysis Technique. The results from the positive impacts were identified with the creation of this action network initiative, with regard to the collective construction of the legitimacy of the area, to the closer relations with and between the universities throughout the country, the appreciation of the Intersectoral and interdepartmental relationships. The absence of dialogs between the Rede CEDES and other funding agencies may have provoke a deconstructions of the initial proposal of the Network, bringing, as well, an apparent inefficiency in the results of the actions, to analyze the temporal clipping from 2003 to 2010. In this way, believe they are needed other studies related to the theme, to be explored these issues.

KEYWORDS: Management; Public Policy; Sport; Leisure.

1 INTRODUÇÃO

A Rede CEDES (RC) é uma ação programática que foi elaborada pelo Ministério do Esporte (ME) no ano de 2003, com o intuito de incentivar o campo de pesquisas sobre esporte e lazer, por meio de apoios financeiros para Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas. No ano de 2016, a RC chegou aos seus 13 anos de existência. Esta ação foi inovadora no sentido de voltar os olhares governamentais para assuntos relacionados aos estudos sobre Ciências Sociais e Humanidades, sendo este, um assunto de extrema importância para o desenvolvimento da área da Educação Física e Esportes.

Segundo Tavares (2010), o apoio da Rede CEDES às Instituições de Ensino Superior, parece proporcionar à comunidade acadêmica, professores e alunos envolvidos, a possibilidade de serem atores da construção dessa história, podendo transformar a realidade na qual estão inseridos, por meio das contribuições oriundas de suas pesquisas e projetos desenvolvidos. Esta é uma das formas de intervenção da gestão participativa, que tem como característica superar o centralismo das decisões e descentralizar o poder advindo de quem governa.

Com a criação da Rede CEDES, diversos grupos de pesquisadores tiveram maior subsídio para ampliar substancialmente o volume de estudos relacionados com essas temáticas, tendo em vista que o apoio federal proporciona a melhoria no aparato técnico-científico para as instituições de ensino superior, as quais priorizam as pesquisas relevantes para a área do conhecimento sobre esporte e lazer. Nesse sentido, as ações realizadas pela Rede CEDES possibilitaram, mesmo que de forma indireta, que a sociedade civil, representada pelos pesquisadores, pudesse participar, avaliar e sugerir mudanças nas Políticas Públicas de esporte e lazer no Brasil. Esses pesquisadores puderam contribuir, por meio da produção e disseminação de conhecimentos, com as ideias de uma sociologia pública, baseada na luta contra o neoliberalismo, mostrando a importância do apoio governamental na elaboração e execução de políticas sociais no Brasil.

Apesar de diversos investimentos, é possível evidenciar que a Rede CEDES passa atualmente por problemas para garantir a sua legitimação no campo das ações em Políticas Públicas de esporte e lazer, justamente pelo fato de ainda ser muito presente, tanto a disputa política quanto a acadêmica, dentro deste campo de estudos e, ainda, devido a uma (des)responsabilização do ME sobre os aspectos relacionados com este financiamento. Sendo assim, torna-se importante analisar o caminho percorrido pela Rede até o presente momento, para que se possa compreender sua legitimidade e contribuir com o desenvolvimento de novas ações.

Em termos de dados efetivos, os levantamentos constantes do Balanço da Rede Cedes realizado por Schwartz (2010) e no estudo de Tavares e Schwartz (2013), bem como os dados disponibilizados pelo próprio Ministério do Esporte, evidenciaram que a Rede passou por diferentes fases. A primeira delas, de 2003 a 2006, foi marcada pelo início dos financiamentos, em que os convênios eram firmados por meio de parcerias entre o ME, com grupos de estudos nas diferentes regiões no país que tinham comprovada experiência científica no campo das Políticas Públicas de Esporte e Lazer. Essas pesquisas eram chamadas de pesquisas induzidas, realizadas por meio de convite aos pesquisadores com notória expertise na área de conhecimento.

Nesse período foram criados Núcleos nas Universidades, compostos por diferentes grupos de pesquisa da mesma Instituição ou por Instituições parceiras de outras Universidades. Nesse primeiro momento, a Rede também teve como objetivo, proporcionar um crescimento científico em regiões menos favorecidas pelas instituições de fomento. Para tanto, foram criados núcleos nas IES para a produção das pesquisas em regiões que não recebiam apoio de outros órgãos financiadores, principalmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste.

A segunda fase foi caracterizada pelo início da utilização de Editais públicos para a concessão de convênios. Esse período, que foi de 2007 até 2010, possibilitou que as informações referentes a esse financiamento pudessem chegar a todos os interessados. Nesse momento em específico, existiam duas possibilidades de realização de pesquisas, sendo elas as pesquisas induzidas, continuando a ideia de parceria direta das Universidades com o Ministério do Esporte.

A partir de 2011, devido a uma mudança estrutural no ME, houve um congelamento das ações referentes à Rede CEDES. Sendo assim, essa ação governamental passou, entre 2011 e 2015, por um período de incertezas com relação a manutenção do projeto. A partir desse momento, iniciou um processo de busca de legitimidade da Rede CEDES, para que a mesma pudesse continuar existindo no cenário das Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil. Contou-se então, com a participação ativa dos pesquisadores participantes da Rede para que os resultados pudessem ter maior divulgação e, principalmente, que estes chegassem aos gestores públicos.

Entretanto, ainda não se tem claro o que essas transformações nas políticas de lazer representaram para a sociedade, evidenciando-se a necessidade de uma descrição dos impactos e repercussões decorrentes das iniciativas em políticas de esporte e lazer, sob a visão dos próprios atores responsáveis pela gestão. Esse fato mobilizou a intenção de desenvolvimento desta pesquisa. A escolha do período referente aos anos de 2003 a 2010 justifica-se pela necessidade de se investigar o período inicial da Rede CEDES, podendo assim, auxiliar na formulação de novos encaminhamentos para a Rede. A investigação do referido período poderá contribuir com as reflexões sobre os pontos positivos e negativos de ambos os modelos, dando assim, embasamento técnico e teórico para a manutenção desta ação política relevante para o campo do esporte e lazer.

Este estudo teve como objetivo descrever os impactos e repercussões oriundos da criação da Rede CEDES, sob a visão de gestores que a coordenaram no período de 2003 a 2010.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Na área do esporte recreativo e do lazer, ainda são incipientes as iniciativas que promovem a disseminação do conhecimento produzido e a interlocução de assuntos. No que se referem a iniciativas públicas, as ações se tornam ainda mais restritas. Sendo assim, busca-se, por meio deste estudo, evidenciar a importância da gestão do conhecimento no e para o desenvolvimento das Políticas Públicas brasileiras de esporte e lazer.

Conforme salienta Schwartz (2008), o conhecimento produzido nas áreas de lazer, esporte e outras, não tem sentido, se não for difundido e disseminado com acesso a todos os interessados. Sendo assim, a gestão da informação sobre esse conhecimento se torna uma estratégia importante. Segundo Schwartz (2009), a gestão da informação pode promover o estreitamento de relações entre poder público, iniciativa privada, organizações não governamentais (ONG), comunidade e universidades, facilitando a produção de pesquisas e a organização de novos centros gestores de informação e conhecimento.

Como uma forma de estabelecimento de novos diálogos entre os polos anteriormente citados, no que concerne às políticas de desenvolvimento de conhecimento científico nos campos de esporte e lazer no Brasil, a proposta de construção de uma Rede de ações denominada de Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer (Rede CEDES) parece ter sido uma iniciativa importante no âmbito dos estudos sobre Políticas Públicas. Esta ação foi inovadora, no sentido de voltar os olhares governamentais para assuntos relacionados aos estudos sobre Ciências Sociais e Humanidades, sendo este um assunto de extrema importância para o desenvolvimento da área da Educação Física e Esportes.

Uma das primeiras iniciativas, dentro do contexto político de aproximação entre o campo acadêmico e o campo prático das Políticas Públicas esportivas, foi a criação dos Centros de

Excelência Esportiva (CENESP), que são compostos por centros de desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica na área do esporte de alto rendimento, treinamento e aperfeiçoamento de atletas, tendo como objetivo principal detectar, selecionar e desenvolver talentos esportivos, especialmente nas modalidades olímpicas e paraolímpicas (Brasil, 2013). Esta Rede foi criada em 1998, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, na época pelo órgão nomeado Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (INDESP), sendo, atualmente, gerenciada pela Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento, do Ministério do Esporte.

Apesar das tentativas (frustradas) de aproximação do campo do esporte recreativo e lazer a esta Rede de pesquisas já existente, houve a necessidade de elaboração de outro programa relacionado à produção do conhecimento, voltado ao atendimento da demanda do esporte no âmbito social e de participação. Para tentar atender a esta demanda, em 2003, o Ministério do Esporte elaborou a ação programática denominada Rede CEDES criada pelos extintos Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte e Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer (SNDEL).

A Rede CEDES, tem como objetivo principal, apoiar, por intermédio da interlocução com grupos de pesquisa vinculados a instituições de ensino superior, institutos de pesquisa e sociedades científicas, a produção e a difusão de conhecimentos voltados para o desenvolvimento do campo de estudos das Políticas Públicas de esporte e lazer (Brasil, 2010). Além disso, esta ação do Ministério do Esporte visa estimular esses grupos a produzir e difundir conhecimentos voltados para a qualificação de projetos, programas e Políticas Públicas de esporte recreativo e de lazer, desenvolvidos por este órgão, por meio da produção e difusão de conhecimentos fundamentados.

É comum observar, no campo das Políticas Públicas, uma premente dificuldade na gestão do conhecimento existente, tanto no processo de documentação interna (memória organizacional), quanto na disseminação deste conhecimento a todos os interessados, de modo a possibilitar o acesso e a contribuição social na construção das Políticas Públicas. O que se vê são informações esparsas, normalmente desconexas, que ocasionam dificuldades de gestão destas organizações e, ainda, potencializam as questões relacionadas com a descontinuidade de política, justamente por não existir uma cultura organizacional de documentação dentro destas instituições.

Os setores de esporte e lazer corroboram a este fato, sendo carente de informações sistematizadas, apresentando atividades de planejamento desarticuladas e voltadas para ações de curto prazo. Ao considerar a definição conceitual e o desenvolvimento científico, como base na construção das Políticas Públicas para o esporte e lazer e a estruturação do subcampo desta área, destaca-se a relevância de ampliar o número de estudos, a fim de melhorar o desenvolvimento das ações governamentais. Neste sentido, torna-se um desafio interessante interligar os temas gestão do conhecimento e Políticas Públicas de esporte e lazer.

No caso da Rede CEDES, apesar desta existir desde 2003, ainda é precária a gestão do conhecimento proveniente de todas as ações realizadas pela Rede, assim como a avaliação dos impactos e possíveis repercussões evidenciadas pela criação e desenvolvimento das ações da Rede. Ainda, é possível evidenciar que são necessários trabalhos científicos que visem à avaliação das políticas vigentes, para verificar se as mesmas cumprem os resultados previstos em seus objetivos firmados com a Rede CEDES, e se os financiamentos advindos do apoio federal estão sendo efetivamente bem empregados.

Esta pesquisa pretende dialogar entre três pilares da organização pública que envolve a Rede CEDES. O primeiro deles é a discussão da arena política que envolve, em primeira instância, quem define os financiamentos advindos desta ação ministerial e, ainda, quais eram as demandas existentes, dentro do subcampo acadêmico do esporte e lazer, presentes dentro da própria organização da Rede, na visão dos responsáveis pela idealização/elaboração desta ação política.

3 METODOLOGIA

Este estudo teve natureza qualitativa, por entender que este método se mostra adequado a estudos de natureza social, conforme apregoa Richardson (2007). Para o delineamento do estudo, foram realizadas as pesquisas bibliográfica e exploratória. Este tipo de pesquisa contribui para uma aproximação com a realidade do fenômeno pesquisado.

A pesquisa exploratória foi desenvolvida utilizando-se como instrumento para coleta de dados, entrevista estruturada com os gestores responsáveis pela Rede CEDES, nos períodos de 2003 a 2006 e 2006 a 2010. A entrevista estruturada foi o método escolhido para este estudo pois permitiu que o pesquisador estruturasse um roteiro objetivo a partir das demandas identificadas na literatura. Os entrevistados ocupavam os cargos relativos a gestão da Secretaria responsável pela Rede CEDES em âmbito nacional nos respectivos períodos. Optou-se por entrevistar estes gestores por entender que eles tinham um conhecimento amplo sobre a formulação das ações que envolviam a Rede. O Gestor 1 foi responsável pelo período de 2003 a 2006 e o Gestor 2, pelo período de 2006 a 2010.

A entrevista foi composta por perguntas abertas, com o objetivo de compreender a visão destes atores diretamente relacionados com a existência e funcionamento da mesma. Foi dada liberdade para que os entrevistados expressassem suas opiniões a apontassem outras informações não abordadas pelo roteiro de questões.

A entrevista foi realizada via e-mail. Inicialmente foi realizada um contato inicial, solicitando apoio a pesquisa e foram explicitados os objetivos e procedimentos metodológicos. Depois do aceite, os sujeitos assinaram via *on-line* o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Após este procedimento, foi enviado o roteiro de questões para os gestores. O mesmo instrumento foi enviado para os dois entrevistados.

Os dados provenientes da aplicação dos instrumentos propostos foram analisados descritivamente, por meio da Técnica de Análise de Conteúdo Temático (Bardin, 2009). Esta técnica consiste na descrição, decomposição, análise e compreensão das respostas, com o intuito de evidenciar apenas os elementos mais relevantes, o que possibilita o agrupamento das mesmas e uma consequente elaboração de eixos temáticos, facilitando a interpretação dos dados. Os eixos temáticos utilizados para a discussão a seguir foram: A Rede CEDES como um financiador de pesquisa; critérios para seleção e prestação de contas; repercussões deste financiamento e os impactos no campo de estudos sobre esporte e lazer. Os eixos temáticos foram estabelecidos *a priori*, como propõe Bardin (2009), nos quais as temáticas foram definidas a partir das lacunas da literatura sobre o tema e do objetivo deste estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 EIXO 1: A REDE CEDES COMO UM FINANCIADOR DE PESQUISA

Após a realização das entrevistas os dados foram sistematizados e categorizados a fim de realizar a análise e discussão a partir de um referencial teórico.

Ao analisar as informações relativas ao “A Rede CEDES como um financiador de pesquisa” foi possível evidenciar o importante papel que teve no panorama da produção de conhecimento no campo do esporte e do lazer. A partir dos depoimentos dos gestores entrevistados, foi possível compreender o processo que perpassou a Rede desde sua criação até o final do ano de 2010, sendo este, o período correspondente ao recorte deste estudo.

Segundo o Gestor 1, responsável pelo período de 2003 a 2006 e idealizador desta ação, a Rede CEDES foi criada com o intuito de apoiar Centros Produtores de Pesquisa no desenvolvimento de

estudos que pudessem subsidiar a construção de Políticas Públicas de esporte e lazer. As instâncias públicas apoiaram essa iniciativa com a intenção de atender a uma demanda, a qual se refere à produção de conhecimento no subcampo acadêmico do esporte e lazer, nos assuntos mais voltados para as ciências humanas e sociais.

Esses assuntos, vinculados ao subcampo de pesquisa, até então não tinham a devida atenção das instituições de fomento existentes no país, como por exemplo, CAPES e CNPq (Schwartz et al., 2010). Almeida e Marchi (2010) explicitam a teoria de Bourdieu (1998) sobre a existência da mão direita e mão esquerda do Estado para se entender esta teoria aplicada ao campo dos financiamentos de pesquisa. Para Almeida e Marchi (2010, p. 21) “[...] a mão esquerda, representada pelos agentes dos ministérios relacionados às políticas sociais; e a mão direita, representada pelos ministérios relacionados à economia, como os bancos e agentes dos gabinetes ministeriais, entre outros burocratas”. Esta teoria de Bourdieu (1998) pode ser aplicada nesta arena política sobre o financiamento de pesquisas no Brasil, sendo entendido, o esporte e o lazer, perante outras áreas, vivendo à margem do processo de financiamento, não sendo privilegiadas pelas agências de fomento e, menos ainda, as pesquisas voltadas para as ciências humanas e sociais.

Segundo Starepravo (2011), no campo político, além do olhar prioritário ao alto rendimento, destacado na pesquisa realizada por Veronez (2005), o esporte recreativo e o lazer sofrem alguns problemas, como o assistencialismo e o utilitarismo, a hierarquização de prioridades sociais e a construção de políticas sob o olhar do empirismo (Linhares, 2001; Cavichioli, 1996). Tanto o campo da produção do conhecimento como a gestão de Políticas Públicas de esporte e lazer, apresentam similaridades, principalmente, no que se refere às dificuldades em seu desenvolvimento consistente.

Este fato pode ser evidenciado já na criação da Rede CEDES, a qual se iniciou por meio, novamente, de uma disputa de poder dentro do ME. Tendo o intuito de promover o estreitamento de laços entre o governo e as Universidades e com a existência de um programa dentro do ME com o mesmo objetivo, sendo somente de áreas diferentes, foi proposta a criação de uma linha voltada para o esporte recreativo e o lazer, dentro da Rede CENESP. Entretanto, esta recomendação foi negada por esta Rede, com o argumento de que este tema não condizia com a linha temática já utilizada. Esta negação correspondia aos entraves existentes entre o campo político (PT X PCdoB) e o campo acadêmico (ciências sociais X ciências da saúde).

Como proposta inicial, a Rede CEDES tinha como intuito financiar pesquisas, por demanda induzida, segundo o depoimento do Gestor 1, tentando atender à demanda da área em questão, podendo assim, impulsionar este subcampo de pesquisa e, conseqüentemente, o subcampo político:

Partimos do entendimento que a Rede CEDES tinha como razão central o desenvolvimento de estudos/pesquisas voltadas para a qualificação da gestão em esporte de lazer e lazer propriamente dita. Assim, levando em conta meus 35 anos de inserção na área acadêmica da EF, e não só minha pois a equipe possuía outros profissionais ligados às questões acadêmicas, buscamos localizar os Grupos de Pesquisa existentes que tivessem em seus Modus Operandi o tema das Políticas Públicas de Esporte e Lazer como objeto de investigação, buscando aproximação com aqueles que mais se aproximassem do modelo conceitual/referencial teórico por nós adotado. (Gestor 1)

Entretanto, a partir dos dados coletados e por meio de consulta ao Diretório de grupos de pesquisa do CNPq, foi possível verificar que a tradição na área de estudos sobre Políticas Públicas não se aplicava a todos, tanto pela temática relacionada ao grupo, quanto ao ano de criação dos mesmos. Os grupos de estudos, pertencentes à Rede CEDES no período de 2003 a 2005, são os listados na Figura 1.

GRUPO DE ESTUDOS	ANO DE EXECUÇÃO DA PESQUISA	ANO DE CRIAÇÃO (DIRETÓRIO DE GRUPOS DE PESQUISA/CNPQ)	REGIÃO
LABESP - Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão	2003	Não encontrado	Sul
LEPEL – Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Física e Esporte e Lazer	2004	2000	Nordeste
NIEL – UFPE/PE – Núcleo Interdisciplinar de Estudos do Lazer	2004	1996	Nordeste
Lazer e Gestão de Políticas Públicas e Privadas	2004	2002	Nordeste
Grupo de Estudos e Pesquisas Socioculturais: o Indivíduo em Educação Física e Desporto	2004	2003	Nordeste
GEPEFIC – Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Física e Cultura	2004	1997	Sudeste
GEPOSEF - Observatório de Políticas Sociais de Educação Física, Esporte e Lazer	2004	1999	Sudeste
GEMACIDH - Grupo de Estudos em Medida e Avaliação, Cineantropometria e Desempenho Humano	2004	2006	Sul
NEPEF – Núcleo de Estudos Pedagógicos em Educação Física	2004	1991	Sul
CEMEF – Centro de Estudos sobre Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer	2005	2008	Sudeste
Estudos Culturais em Educação Física	2005	2002	Sul
Grupo de Estudos Socioculturais em Educação Física	2005	2001	Sul
Necon - Grupo de Estudos do Corpo e Natureza	2005	2002	Centro-oeste
Sport – Laboratório de História do Esporte e do Lazer	2005	2006	Sudeste

Figura 1 - Grupos de pesquisas vinculados ao CNPq

Fonte: Diretório de Grupos de Pesquisa CNPq (<http://lattes.cnpq.br/web/dgp/home>).

Castellani, Veronez e Liáo (2009, p. 1), afirmam que grupos consolidados são aqueles que atendem a critérios como ser cadastrado há mais de cinco anos no CNPq, ter produção científica compatível com o tempo de criação do grupo, estar realizando ou pleiteando financiamentos de outras agências de fomento e comprovam experiência acadêmica no campo de estudo do Esporte e Lazer.

Para o Gestor 1, a forma como foi idealizada a Rede CEDES, era totalmente coerente com a forma com que a mesma vinha sendo gerenciada, contemplando os financiamentos aos grupos de pesquisas vinculados ao CNPq em todas as regiões do país. Entretanto, nesse período, dentro da Secretaria, outra linha idealizadora buscava outro direcionamento para a Rede. Este foi um dos desencadeadores das mudanças estruturais que a Rede passou no ano de 2006.

No primeiro ano que assumi como Secretária Nacional, em maio de 2006, por já estarmos com as ações em andamento, demos continuidade na maneira como era feita a distribuição de recursos. As propostas eram recebidas e avaliadas. Caso fossem aprovadas e tivesse recurso disponível, os projetos eram conveniados. Ocorre que, por esta lógica, os projetos que chegassem no início do ano, tinham mais chance de serem pagos. (Gestor 2)

A ideia apontada pela primeira gestão da Rede era subsidiar financeiramente os centros de pesquisas que já tinham estudos em andamento relacionados com as Políticas Públicas de esporte e lazer e, principalmente, tentar atender uma demanda que era totalmente excluída dos centros de fomento nacionais, principalmente na região nordeste. Contudo, incoerências pautadas nas políticas

assistencialistas e na dificuldade de gestão interna, fez com que, grupos dentro da mesma secretaria, tivessem pontos de vista diferentes.

Frey (2000) destaca a existência das arenas políticas dentro de um mesmo segmento político, como é o caso da SNDEL. Este autor enfatiza que,

[...] em uma situação na qual o arcabouço institucional mantenha-se estável por um período longo de tempo, é difícil admitir-se uma independência para as dimensões *'politics'* e *'policy'*, pois as disputas políticas e as relações das forças de poder sempre deixarão suas marcas nos programas e projetos desenvolvidos e implementados. (Frey, 2000, p. 219)

Diante das justificativas apresentadas pelo Gestor 2 foi iniciada a política de editais públicos no ano de 2007. Segundo o Gestor 2, a forma de concessão das pesquisas foi dividida em duas: as pesquisas semi-induzidas, relacionadas à seleção a partir de Edital Público, obedecendo assim, às linhas temáticas definidas pela Rede em discussão com os pesquisadores; as pesquisas induzidas, representadas pelos projetos que não foram contemplados pela Chamada Pública, mas que atenderam de alguma forma à demanda da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer (SNDEL). Para este tipo de pesquisa podem-se citar os estudos de políticas indígenas, quilombolas e a pesquisa referente ao Balanço da Rede CEDES (Schwartz et al., 2010).

Nesta época também estávamos desafiados a construir estratégias que pudessem concretizar a preocupação com o resultado das pesquisas e seu retorno para as Políticas Públicas. Então, optamos por construir, coletivamente, um Edital de Chamada Pública para a seleção dos Projetos, com linhas temáticas e período de inscrição que permitissem chances iguais para todos os proponentes, tornando a distribuição dos recursos mais democrática, transparente, com perspectivas de resultados de pesquisas relevantes às ações das Políticas Públicas de esporte e lazer. (Gestor 2)

Contudo, mesmo utilizando-se a política de editais públicos, não ficou claro, a partir do edital, como e por quem esses projetos de pesquisa seriam avaliados. Entretanto, no que se refere aos assuntos abordados nas pesquisas, a partir de abertura dos editais públicos ficaram mais claras e mais direcionadas as áreas temáticas a serem desenvolvidas nas pesquisas para as necessidades de investigação do campo do esporte e do lazer. As áreas temáticas, segundo Kawaguti (2010), são representadas pela Tabela 1.

Tabela 1 - Eixos temáticos das pesquisas financiadas pela Rede CEDES

EIXO TEMÁTICO	%
Memória do esporte e do lazer	19,58
Perfil do esporte e lazer	8,47
Programas integrados de esporte e lazer	15,34
Desenvolvimento de programas sociais de esporte e de lazer	8,99
Observatório do esporte	10,58
Gestão de esporte e de lazer	13,23
Avaliação de políticas e programas de esporte e de lazer	6,35
Infraestrutura de esporte e de lazer	16,40
Sistema Nacional de Esporte e Lazer	1,06
TOTAL	100

Kawaguti (2010) aponta maior ênfase dos estudos envolvendo a temática “memória do esporte e lazer”, seguidas de “infraestrutura do esporte e lazer”, “programas integrados de esporte e lazer”, “gestão do esporte e lazer” e “observatório do esporte”. Starepravo (2011) enfatiza a relevância da pesquisa histórica no campo de estudos das Políticas Públicas de esporte e lazer como uma justificativa para a maior incidência de pesquisas financiadas a partir do edital público da Rede CEDES. Além disso, Kawaguti (2010) apresenta as temáticas de avaliação e as pesquisas relacionadas a programas sociais com menor incidência de financiamento, corroborando o fato de estas áreas terem menor representatividade no campo da pesquisa da educação física (Amaral & Pereira, 2009).

Outra questão que mereceu destaque, a partir do ano de 2007, com a implementação do edital público, foi o incentivo efetivo e sistematizado à criação e diálogos entre grupos de estudos de uma mesma instituição e de instituições diferentes. O Gestor 2 esclarece que, por meio do edital, existiam três categorias de financiamento, as quais poderiam aumentar a quantidade da verba, a partir das parcerias realizadas. Segundo a visão dos dois gestores, as questões relacionadas à elaboração de parcerias podem ser entendidas por Marchi (2006) como um incentivo, por meio dos modelos de gestão, para que as pessoas envolvidas no processo dialoguem dialeticamente, para a construção das políticas em questão.

Para Starepravo (2011) a Rede CEDES contribui quantitativamente no panorama de pesquisas no campo do esporte e do lazer, trazendo um impacto positivo para as áreas em questão. Entretanto, como um financiador de pesquisa, apesar do grande impacto no subcampo dos estudos sobre esporte e lazer, parece ter sido insuficiente e ineficiente, frente às suas intencionalidades iniciais. Uma das justificativas utilizadas pelo autor é que a rede pode ter sido vinculada somente a um grupo de agentes e não criada em diálogo com o movimento já existente, na tentativa de aproximação dos subcampos políticos e acadêmicos.

Com a existência de órgãos ligados ao governo federal, como CNPq e CAPES, com objetivos direcionados para o financiamento de pesquisas em diversas áreas, torna-se necessário, mesmo diante de todos os impactos positivos que a criação desta Rede teve no panorama de pesquisas sobre esporte recreativo e lazer, relativizar quanto ao papel do ME, por meio da Rede CEDES, como órgão financiador de pesquisa (Starepravo, 2011; Starepravo, Nunes, & Marchi, 2009).

Por meio da coleta de dados, não foi possível constatar se os gestores, especialmente o responsável pela criação da Rede CEDES dialogaram com essas outras iniciativas, para tentar compreender as lacunas existentes, buscando impulsionar esta área de estudo de forma a contemplar todas as suas necessidades. Uma alternativa que poderia ser viável no sentido de contribuir com essas questões, seria o Ministério do Esporte, por meio da Rede CEDES, ser uma possibilidade de um fundo setorial específico para a área do esporte e lazer, dentro das instituições de fomento.

4.2 EIXO 2: CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

No que se refere ao Eixo 2, Critérios para seleção e prestação de contas, o Gestor 1 afirma que, a seleção das propostas era realizada pela própria secretaria, de acordo com a demanda temática que fosse do interesse dos mesmos, de modo que atendessem às especificidades exigidas, como a vinculação da pesquisa a um grupo cadastrado no diretório de pesquisa do CNPq, tradição neste campo de estudo, entre outras. A Rede CEDES, nesse período, era um financiador de pesquisa, entretanto, não seguia os processos já utilizados por outros órgãos de fomento para a seleção das propostas, sendo esta uma limitação estrutural da Rede.

Na segunda gestão (2006 a 2010), no que tange à seleção de propostas que chegavam com solicitação de verbas, o Gestor 2 reforçou que, no início, essa seleção era realizada por técnicos e diretores do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte (DCTEC). Com a chegada dos

editais, esta função coube à comissão de avaliação, seguindo os regulamentos do edital, sendo que estes eram divulgados publicamente.

Apesar dos critérios para a avaliação terem ficado mais claros a partir da utilização do sistema de Edital Público, não foi possível evidenciar quais eram os comitês avaliadores destes projetos e como eles eram selecionados. A partir do edital público, os critérios utilizados eram os seguintes: relevância científica, tecnológica e política do estudo para a gestão pública, inovação do estudo para a gestão pública, adequação da metodologia ao desenvolvimento do projeto proposto, fundamentação teórica da pesquisa proposta, clareza e adequação do cronograma físico (metas, atividades, prazos), qualificação, competência e adequação do número de membros da equipe executora e do tempo de dedicação dos pesquisadores ao projeto, adequação da infraestrutura física das instituições proponente e parceira, adequação do orçamento e do cronograma das atividades aos objetivos estabelecidos (Brasil, 2012).

A tarefa de financiar pesquisas envolve, entre diversas questões, o crivo necessário para que a qualidade das produções seja assegurada. Ou seja, para aprovação ou não de um projeto de pesquisa para o recebimento de verba, estes devem ser avaliados por pareceristas, com titulação e experiência na área de estudo em questão, para que se garanta a legitimidade deste investimento financeiro.

No que se refere à prestação de contas, os dois gestores falaram na obrigatoriedade do relatório de cumprimento de objeto, previsto por lei. Sobre este assunto, os dados apresentados pelo balanço da Rede CEDES realizado por Schwartz et al. (2010), destacaram que não foi possível localizar todos os relatórios de cumprimento de objeto das pesquisas, mesmo sendo este um documento de prestação de contas previsto por lei. Após o referido levantamento dos dados, foram localizados um total de 129 convênios firmados e 208 pesquisas desenvolvidas, sendo levantados no ME, um total de apenas 57 relatórios de cumprimento de objeto. Além disso, apesar da obrigatoriedade dos mesmos, estes não tinham um modelo previamente estipulado para preenchimento, fazendo com que os coordenadores de projetos enviassem este documento de diferentes formas e, muitas vezes, sem as preciosas informações sobre seus projetos e os impactos sociais dos mesmos.

4.3 EIXO 3: REPERCUSSÕES DO FINANCIAMENTO DA REDE CEDES NO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER

A partir das entrevistas realizadas, pode-se evidenciar que, de acordo com o Gestor 1, após realizar uma avaliação dos primeiros anos de existência da Rede, constatou repercussões positivas, tanto no subcampo político, quando no subcampo acadêmico do esporte recreativo e lazer.

Extremamente positivas tanto no que sinalizaram como respostas aos desafios presentes no campo da gestão, perante os gestores públicos municipais e estaduais, quanto junto ao meio acadêmico próximo do modelo conceitual por nós defendido, difundido e implementado por nossas políticas. (Gestor 1)

Além disso, foi possível evidenciar, que, na visão deste gestor, a criação da Rede CEDES teve uma repercussão relevante, no que se refere às tensões existentes entre a Rede CENESP e a Rede CEDES, sendo estas, duas representantes da disputa de poder, tanto no subcampo político, quando no subcampo acadêmico, entre as ciências sociais e as ciências da saúde.

Para além dos resultados mencionados, há de se levar em conta o quanto o implemento da Rede CEDES contribuiu para a alteração da correlação de forças presente no meio acadêmico entre os campos produtores de conhecimento nele presentes, servindo de elemento minimizador da hegemonia, na área, do segmento vinculado ao campo da Rede CENESP. (Gestor 1)

Apesar desta visão apresentada pelo Gestor 1, esta alteração na correlação de forças entre a Rede CEDES e a Rede CENESP foi um tanto quanto utópica. Este estudo evidenciou que esses entraves estão longe de serem minimizados. Os dados apresentados na pesquisa realizada por Castelan (2010) mostram que, apesar de várias tentativas de acordo, inclusive a inserção dos temas voltados para o esporte participação e esporte educacional nas Conferências Nacionais do Esporte, a discrepância entre os valores investidos nos programas de alto rendimento e os programas de esporte participação e educacional ainda são enormes. Segundo esta autora, quando analisados os gastos específicos ao funcionamento dos programas apoiados pelas diferentes secretarias, esta diferença é ainda maior, sendo 6% para o Programa Esporte e Lazer na Cidade (PELC), relativo ao investimento do esporte participação, 32% para o programa Segundo Tempo, relativo ao esporte educacional e 56% para os projetos e programas relacionados ao esporte de alto rendimento.

Além disso, o Gestor 2, enfatiza como repercussões deste financiamento, não somente as ressonâncias positivas, mensuráveis pelo próprio ME, mas também, aquelas fora as dele, como na CAPES e na Área 21:

A criação e consolidação da Rede CEDES, envolvendo grupos de pesquisa e segmentos que produzem o conhecimento científico na área do esporte e do lazer, trouxe repercussões positivas não só para o Ministério do Esporte, mas também junto a outro órgão como a CAPES e a própria Área 21. (Gestor 2)

A criação da Rede CEDES pode ter sido uma repercussão positiva junto aos órgãos de financiamento, pois, mesmo que a Capes e o CNPq tenham reconhecimento nacional, devido ao trabalho realizado no campo de financiamento de pesquisas, é possível observar que há necessidade de estabelecer mecanismos de organização e avaliação que contemplem as especificidades presentes na área de Educação Física. Necessitam-se, neste caso, melhorias no que se refere à falta de comunicação e de maior transparência no estabelecimento de políticas de desenvolvimento e crescimento da área da Educação Física e, conseqüentemente, do esporte e do lazer.

No que tange ao financiamento destes órgãos de fomento, segundo o documento final divulgado pelo Fórum Nacional Permanente de Pós-Graduação em Educação Física (2006), o subcampo acadêmico na área da Educação Física apresenta uma patente dificuldade de igualar os apoios financeiros, devido à grande diversidade epistemológica da produção científica dessa área, afetando negativa e particularmente a produção da área orientada nas Ciências Sociais e Humanas. Além disso, não existe um debate amplo sobre a construção desses critérios junto com a comunidade científica e as entidades científicas da área (Fórum Nacional Permanente de Pós-Graduação em Educação Física, 2006).

Outra repercussão importante, destacada pelo Gestor 2, foi a implementação de uma ideia de funcionamento em rede, com intuito de se proceder à aproximação e troca de informação entre os pesquisadores do campo do esporte recreativo e lazer. Segundo Bonafont (2004), a ideia de rede, adota princípios básicos da teoria de grupos, onde, a interação e a resolução de conflitos marcam o processo de elaboração das Políticas Públicas.

Apesar de diversos entraves políticos, esta iniciativa parece ter sido positiva, pois mesmo depois das alterações de gestão ocorridas após o processo de análise deste estudo, ou seja, após 2010, que trouxeram incertezas com relação a continuidade de funcionamento da Rede CEDES, os pesquisadores envolvidos no processo mantiveram contato e se mobilizaram para evidenciar a importância desta Rede de ações nos campos teóricos e práticos do esporte recreativo e do lazer.

Para Bonalume (2008), a Rede CEDES trouxe diversas contribuições para a área do esporte recreativo e do lazer. Entre elas, pode-se destacar o início da participação dos atores nas decisões a

respeito dos temas relacionados à Rede e, ainda, o início da criação de laços unindo os atores entre si, sem ter que, necessariamente, passar pelo Ministério.

O Gestor 2 ainda destacou a importância das ações interministeriais e intersetoriais, para que os objetivos dentro da Rede CEDES fossem alcançados, principalmente no que se refere ao apoio às pesquisas e aos periódicos. Neste depoimento, foi importante ressaltar a tentativa de aproximação com a Rede CENESP. Ele ainda comenta, por várias vezes, que sempre tentou aproximar e buscar dialogar com os outros setores dentro do ME, mesmo havendo diversos entraves políticos.

Possibilitou também a busca em outros Ministérios de verbas para ampliar o apoio às pesquisas e periódicos. Promoveu ações intersetoriais, dentro do Ministério do Esporte – com as Secretarias do Esporte Educacional e do Alto Rendimento, bem como com outros Ministérios como o da Educação, através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). (Gestor 2)

Com relação às repercussões tangíveis relacionados com o financiamento da Rede CEDES, o Gestor 2, ainda destaca a elaboração dos produtos e dos desdobramentos oriundos do financiamento da Rede CEDES. De acordo com este gestor são considerados produtos, todas as ações previstas nos objetivos dos projetos de pesquisa e desdobramentos referem-se às ações não previstas nos objetivos dos projetos enviados ao Ministério, mas que contribuiriam, de forma substancial, para a divulgação e disseminação do conhecimento produzido pela pesquisa financiada.

O estudo realizado por Molina (2007), reforça este resultado, ao apresentar o aumento do número de trabalhos apresentados do Grupo de Trabalho Temático (GTT) de Políticas Públicas do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE). Dentre os fatores sinalizados pelo autor como impulsionadores quantitativos destas pesquisas, estavam a criação da Rede CEDES e o vínculo que os pesquisadores tinham com o GTT.

De acordo com Starepravo (2011), ao realizar um levantamento nos Anais Eletrônicos do CONBRACE de 2009, ocorrido em Salvador, o GTT de Políticas Públicas teve 28 trabalhos publicados, sendo que destes, 46,5% eram oriundos de pesquisas apoiadas pela Rede CEDES. Estes dados, comparados aos coletados nos documentos do ME sobre o número de produções científicas, tanto em forma de produtos como desdobramentos dos financiamentos, mostram o importante papel que a Rede CEDES teve, ao se analisar o recorte temporal de 2003 a 2010, no avanço das pesquisas sobre Políticas Públicas de esporte e lazer.

4.4 EIXO 4: IMPACTOS NO CAMPO DE ESTUDOS SOBRE ESPORTE E LAZER

Sobre a temática relativa ao Eixo 4, relacionado aos impactos no campo de estudos do esporte e lazer, pode-se verificar, a partir das entrevistas, que ambos os gestores dos diferentes períodos de gestão da Rede apresentaram pontos positivos e convergentes em suas opiniões.

Impactou em avanços na construção de caminhos mais sólidos na relação latino-americana, tendo papel fundamental na criação da Rede Latino-americana de Políticas Públicas de Educação, Esporte e Lazer. (Gestor 2)

Apesar da criação de uma Rede Latino-Americana de Políticas Públicas de Educação, Esporte e Lazer ser um indicador positivo, esta análise se torna subjetiva, por não se ter iniciativas consumadas sobre a criação desta ou outra rede. Esta rede foi, mais uma vez, uma tentativa desarticulada de unir diferentes pesquisadores e educadores de países como, Argentina, Colômbia, Uruguai, Paraguai, Chile, Estados Unidos e Brasil, com o intuito de socializar conhecimentos e

práticas educativas integradas de educação, esporte e lazer, para a construção de uma plataforma de comunicação, cooperação e intercâmbio no continente (Brasil, 2010).

Entretanto, foram evidenciadas algumas ações isoladas que envolveram a criação desta “rede”. Uma delas foi a realização de eventos, como a Reunião Internacional de Políticas Públicas Integradas de Educação, Esporte e Lazer, em Brasília, no ano de 2009, e o “I Seminário Latino Americano de Políticas Públicas Integradas de Lazer, Esporte e Educação: Consolidando uma Rede de Produção do Conhecimento, Formação e Informação”, no Paraná, em 2010.

Este evento teve como objetivo elaborar um documento que formalizasse a criação de Rede de Produção do Conhecimento, Formação e Informação na América Latina, que pudesse contribuir com a qualificação de Políticas Públicas e o desenvolvimento de ações integradas nos campos do Lazer, Esporte e Educação. Contudo não foram encontrados dados que pudessem comprovar a efetividade desta rede, no campo da produção do conhecimento do esporte e lazer.

Um dos principais impactos da Rede CEDES, foi a aproximação entre a teoria e a prática. Pode-se observar, a partir da fala do Gestor 2, que foram realizados vários estudos aproximando as pesquisas realizadas pela Rede e as outras ações realizadas pelo ME, como explicitado no trecho abaixo:

Uma contribuição relevante foi a aproximação definitiva entre a teoria e a prática, ao utilizarmos os resultados de pesquisas no aprimoramento das políticas públicas desenvolvidas pelo ministério do esporte e seus parceiros, contribuindo na qualificação de programas como o PELC, o Vida Saudável, o PRONASCI/PELC e o Segundo Tempo, além de tornarem-se boas referências para a formação e qualificação de gestores e agentes sociais de esporte e lazer. (Gestor 2)

Indo ao encontro deste fato, os objetivos do PELC sempre foram muito claros, no sentido de fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico do esporte e lazer a partir do programa. O conjunto de ações elaboradas por este programa buscava estimular e fomentar a produção e a difusão do conhecimento, tendo como finalidade a qualificação e a formação continuada de gestores de Políticas Públicas (Brasil, 2012). Ou seja, os princípios norteadores do programa, direcionavam suas ações para a aproximação do subcampo acadêmico ao subcampo político, e vice-versa.

No que se refere à efetiva aproximação entre a teoria e a prática, DaCosta (2007) destaca que, apesar de ações incipientes, foram realizados alguns estudos no campo do esporte e do lazer, no sentido de se levantar dados sobre o panorama destas áreas no contexto das Políticas Públicas no Brasil. Algumas dessas pesquisas foram o Diagnóstico da Educação Física e Esporte no Brasil (DaCosta, 1971), o Inventário da Infraestrutura Desportiva Brasileira (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2000), o Atlas do Esporte do Brasil (DaCosta, 2005) e o Dossiê Esporte - Um estudo sobre o esporte na vida do brasileiro (Ipsos Marplan, 2006). Contudo, não há evidências de que esses estudos tenham servido para melhorar a governança do esporte nacional, reduzindo, portanto, a efetividade das Políticas Públicas.

Com isso, foi possível observar que, no setor do esporte e do lazer, além da carência de informações sistematizadas, as atividades de planejamento e diagnóstico apresentam-se desarticuladas e voltadas para ações de curto prazo. Este dado ratifica aos resultados deste estudo, ao apresentar as ações realizadas pela Rede CEDES, desarticuladas, ou seja, sem um diálogo efetivo com outras ações existentes com o objetivo de financiar pesquisas no campo do esporte recreativo e do lazer, e ainda, voltadas para ações de curto prazo.

A partir deste estudo e com base nas limitações relativas às informações obtidas, ainda não foi possível obter evidências efetivas, sobre o quanto os estudos produzidos pela Rede CEDES impactaram a elaboração das Políticas Públicas de esporte e lazer. Torna-se necessária a realização

de outras pesquisas, que possam contribuir para ampliar as informações e novas reflexões acerca deste universo temático.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados apresentados, pode-se evidenciar que, na visão dos gestores envolvidos no corte temporal de análise da Rede CEDES (2003 a 2010), foram identificados impactos e repercussões positivas com a criação desta Rede de ações. Apesar de todos os embates políticos envolvidos neste processo, a Rede foi, para a área de pesquisa do esporte e do lazer, um impulsionador, em vários âmbitos.

Entre estes âmbitos, deve-se ressaltar a construção coletiva da legitimidade da área em questão, tendo o pesquisador um papel de protagonista em todo o processo. Além disso, destaca-se a busca pelo estreitamento das relações com e entre as Universidades do país, a valorização das relações intersetoriais e interministeriais e o aumento significativo do número de produções científicas. A Rede CEDES abriu a perspectiva de inclusão de centros produtores de pesquisas em todas as regiões do país, impulsionando aquelas menos privilegiadas pelas instituições de fomento e trouxe legitimidade e reconhecimento tangível ao trabalho realizado pela SNDEL, por meio da produção e disseminação do conhecimento.

Entretanto, a ausência de diálogos entre os agentes da Rede CEDES e outros órgãos de fomento, podem ter descaracterizado a proposta inicial da Rede, trazendo, assim, uma aparente ineficiência nos resultados das ações, ao analisar o recorte temporal de 2003 a 2010. Dessa forma, julgam-se necessários outros estudos relacionados à temática, para que sejam aprofundadas essas questões.

Para finalizar, uma importante perspectiva futura destacada por esta pesquisa, é a necessidade de elevar a ação programática a Rede CEDES a ocupar espaços mais efetivos no campo das Políticas Públicas. Este processo se torna necessário para atender algumas demandas importantes, como a descontinuidade das ações políticas e o fato do tempo da pesquisa ser muito diferente do tempo dos governos. Uma ação voltada para a produção e disseminação de conhecimento não pode ser “refém” das frequentes alternâncias das ações públicas.

REFERÊNCIAS

- Almeida, B. S., & Marchi, W. Jr. (2010). O financiamento dos programas federais de esporte e lazer no Brasil (2004 a 2008). *Movimento*, Rio Grande do Sul, 16(4), p.73-92, out/dez. Recuperado em 10, ago., 2012 de <http://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/13103>
- Amaral, S. C. F., & Pereira, A. P. C. (2009 set.). Reflexões sobre a produção em Políticas Públicas de Educação Física, esporte e lazer. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas (31)1, p. 41-56. Recuperado em 5 ago., 2012, de <http://www.rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE/article/view/631>
- Bardin, L. (2010). *Análise de conteúdo* (ed. rev. e atual). Lisboa: Edições70.
- Bonafont, L. (2004). *Rede de Políticas Públicas*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.
- Bonalume, C. R. (2008). A Rede CEDES como uma rede de política pública. In L. M. S. M. Pinto, D. A. M. Silva, R. P. Rodrigues, C. R. Bonalume, & L. R. M. Araújo (Org.). *Brincar, jogar, viver: Lazer e intersetorialidade com o PELC*. Goiás: Gráfica e Editora América, p. 68-91.

- Bourdieu, P. (1998). *Contrafogos: Táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Brasil (2013). *Plano Plurianual de 2008/2011*. (2007). Recuperado em 12 jan, 2013, de http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/plano_plurianual/PPA/081015_PPA_2008_mesPres.pdf.
- Brasil. *Ministério do Esporte: Rede CEDES*. (2012). Recuperado em 15 set., 2012, de http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporte_lazer/cedes/apresentacao.jsp
- Brasil. *Ministério do Esporte: Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC)*. (2012). Recuperado em 15 dez., 2012, de <http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/default.jsp>
- Brasil. *Rede Latino-Americana: Carta de Foz do Iguaçu*. (2010). Recuperado em 15 set., 2012, de <http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/noticiaDetalhe.jsp?idnoticia=6295>
- Castellani, L. Filho, Veronez, L. F. C., Lião, R., Jr. (2009). *O esporte recreativo, o lazer, a saúde, a ciência & tecnologia no âmbito da Política Nacional do Esporte no 1º Governo Lula – 2003/2006*. Observatório do Esporte. Centro Esportivo Virtual. Recuperado em 15 set., 2012, de <http://cev.org.br/biblioteca/o-esporte-recreativo-o-lazer-saude-ciencia-tecnologia-ambito-politica-nacional-esporte-1-governo-lula-2003-2006/>
- Castelan, L. P. (2010). *As conferências nacionais do esporte na configuração da política esportiva e de lazer no Governo Lula (2003-2010)*. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Cavichioli, F. R. (1996). *Políticas Públicas para o esporte e lazer: Tentativa de mudanças*. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba.
- DaCosta, L. (2007). A gestão do conhecimento nas Ciências do Desporto. In Jornadas Científicas do Curso de Educação Física, Saúde e Desporto, 3, 2007, Porto. *Anais...* Instituição Universitária de Ensino da Saúde - ISCS-N.
- DaCosta, L. P. (Org.) (2005). *Atlas do Esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: Shape. Recuperado em 15 set., 2012, de <http://www.atlasesportebrasil.org.br/index.php>
- DaCosta, L. P. (1971). *Diagnostico de Educação e Desportos no Brasil*. Rio de Janeiro: Fename, 392p.
- Diretório de Grupos de Pesquisa CNPq. Recuperado de <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/home>
- Fórum Nacional Permanente de Pós-Graduação em Educação Física. (2006). *Documento final*. Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE): Campinas. Recuperado em 15 jan., 2013, http://www.cbce.org.br/upload/forum_nacional_permanente_de_pos_graduacao_em_educacao_fisica.pdf
- Frey, K. (2000). Políticas Públicas: Um debate conceitual e reflexões à prática da análise de Políticas Públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, n. 21, p. 211-259,

Recuperado em 15 set., 2012, de <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158>

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2000). *Inventário da infraestrutura desportiva brasileira*. Brasília: Ministério do Esporte e Turismo/Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto.
- Ipsos Marplan. (2006). *Dossiê Esporte – Um estudo sobre o esporte na vida do brasileiro*. São Paulo: Ed. Gráficos Burti Ltda.
- Kawaguti, C. N. (2010). Análise dos projetos financiados pela Rede Cedes. In G. M. Schwartz, D. R. P. Santiago, C. N. Kawaguti, G. H. Tavares, J. P. Figueiredo, & Nazário, M. E. S. *Gestão da Informação sobre lazer e esporte recreativo: Balanço da Rede CEDES*, Várzea Paulista: Fontoura Editora, 192p.
- Linhares, M. A. (2001). Jogos da política, jogos do esporte: subsídios à reflexão sobre Políticas Públicas para o setor esportivo. In N. C. Marcelino. *Lazer e esporte: Políticas Públicas* (2th ed.). Campinas, SP: Autores Associados.
- Marchi, W. Jr. (2006). A educação física e o campo científico: Repensando as possibilidades de pesquisa sobre o esporte e o lazer. In F. M. Mezzadri, F. R. Cavichioli, & D. L. Souza. *Esporte e Lazer: Subsídios para o desenvolvimento e gestão de Políticas Públicas*. Jundiaí, SP: Fontoura.
- Molina, V. N. (2007). *Pesquisa e desenvolvimento científico: Divergência, desigualdade e diversidade na Educação Física*. Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, Palestra.
- Richardson, R. J. (2007). *Pesquisa social: Métodos e técnicas* (3th ed.). São Paulo: Atlas.
- Schwartz, G. M. (2010). Reflexões e sugestões acerca do conteúdo da produção da Rede CEDES de 2003 a 2010. In G. M. Schwartz, D. R. P. Santiago, C. N. Kawaguti, G. H. Tavares, J. P. Figueiredo, & M. E. S. Nazário. *Gestão da Informação sobre lazer e esporte recreativo: Balanço da Rede CEDES*, Várzea Paulista: Fontoura, pp. 129-142.
- Schwartz, G. M., Santiago, D. R. P., Kawaguti, C. N., Tavares, G. H., Figueiredo, J. P., Nazário, M. E. S. (2010). *Gestão da Informação sobre lazer e esporte recreativo: Balanço da Rede CEDES*, Várzea Paulista: Fontoura.
- Schwartz, G. M. (2009). O lazer como campo de pesquisa. In *Seminário o Lazer em Debate*, Belo Horizonte. Palestra.
- Schwartz, G. M. (2008). Grupos de pesquisa em gestão do lazer. In Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 20. 2008, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Divisão de Esporte e Lazer – Serviço Social da Indústria – SESI, São Paulo, pp. 1-2.
- Starepravo, F. A. (2011). *Políticas Públicas de esporte e lazer no Brasil: Aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico*. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade Federal do Paraná, Paraná, p. 422.

- Starepravo, F. A., Nunes, R. J. S., & Marchi, W. Jr. (2009). Agenda de pesquisa em Políticas Públicas de esporte e lazer: Uma leitura a partir do GTT de Políticas Públicas no XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. In Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 15. Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 3, Salvador. *Anais...* Salvador: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 1, p.1-14.
- Tavares, G. H. (2010). Produtos e desdobramento das pesquisas financiadas pela Rede CEDES. In G. M. Schwartz, D. R. P. Santiago, C. N. Kawaguti, G. H. Tavares, J. P. Figueiredo, & M. E. S. Nazário. *Gestão da Informação sobre lazer e esporte recreativo: Balanço da Rede CEDES*, Várzea Paulista: Fontoura, pp. 69-91.
- Tavares, G. H., & Schwartz, G. M. (2013) Gestão da informação e do conhecimento em políticas públicas: Ações realizadas pela rede CEDES/ME. *Movimento*, 19(4), p.207-226.
- Veronez, L. F. C. (2005). *Quando o Estado joga a favor do privado: As políticas de esporte após a Constituição de 1988*. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 370p.